

ATA N.º 31/2019

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 18 DE JUNHO DE 2019

Aos dezoito dias do mês de junho do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Peniche e Sala de Sessões dos Paços do Município, com a participação dos Excelentíssimos Senhores Henrique Bertino Batista Antunes, Presidente, Mark Paulo Rocha Ministro, Vice-Presidente, Ana Rita Trindade Petinga, Filipe Maia de Matos Ferreira Sales, Cristina Maria Luís Leitão, Jorge Manuel Rosendo Gonçalves e Rogério Manuel Dias Cação, Vereadores, reuniu-se, extraordinariamente, a Câmara Municipal de Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1.º - Aprovação de atas de reuniões anteriores.-----

----- Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística:-----

-----Ponto único - Revisão do Plano Diretor Municipal – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

-----2.º - Aprovação da minuta da ata.-----

A reunião foi aberta, pelo senhor Presidente, eram catorze horas e quarenta minutos, encontrando-se na sala os sete elementos que compõem a Câmara Municipal de Peniche. -----

Estiveram presentes os senhores: Ana Carriço, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, em regime de substituição, Alexandra Tormenta e Ângela Santos, Técnicas Superiores de Urbanismo da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, durante toda a reunião. Estiveram também presentes os senhores Jorge Carvalho e Gil Ribeiro da empresa Jorge Afonso Carvalho, Urbanísticas, L.^{da}, na apresentação, do ponto de situação do Plano Diretor Municipal. -

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Câmara passou a apreciar os assuntos constantes da ordem do dia, tendo tomado as seguintes deliberações que, quando não sejam indicados outro resultado e forma de votação, foram tomadas por unanimidade e votação nominal:-----

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA:

Ponto único - Revisão do PDM – Objetivos e Ponto de Situação do Plano – Pelouro do Planeamento:-----

Deliberação n.º 765/2019: O Senhor Arquiteto **Gil Ribeiro** na sequência das apresentações efetuadas com a população, disse que foram identificaram alguns assuntos que deveriam retomar. O senhor professor **Jorge Carvalho** disse que foram introduzidas alterações que decorreram da discussão de propostas das Juntas de Freguesia e das pessoas. Disse que os quatro primeiros pontos eram temas de fundo que deveriam ser discutidos, os outros pontos poderiam ser, também, verificados e aprofundados. O senhor Arquiteto **Gil Ribeiro** deu conta que o IC11 constava do Plano Rodoviário Nacional, que mostrava, claramente, que iria desde Peniche até à Marateca. Ao fazer o histórico, verificou que a proposta de 2001 tinha uma solução diferencial, a solução 1, que não tinha nenhuma paragem, tinha uma saída no nó de Geraldês e a saída seguinte seria na Lourinhã, e a solução 2 que criava na Abelheira, junto da ocupação industrial, no início do concelho da Lourinhã, uma segunda saída, chamando a atenção que correspondia, um pouco, ao traçado que lá estava, que era a vocação de sair só para sul. Disse, ainda, que, em 2009, o Estudo de Impacto Ambiental foi negativo, e no Plano de Infraestruturas de 2014/2020 o IC11, na análise do último critério, tinha menos de 17%, tendo sido considerado como projetos que não reúnem as características, para poder ser caracterizado como complementares à rede em serviço. O senhor

professor **Jorge Carvalho** disse que o IC11 se mantinha, não como uma grande prioridade, mas era importante realçar. Referiu que estava a falar da melhoria das vias existentes, de acordo com o que lhe pareceu ser o bom senso e com aquilo que tinha defendido, várias vezes, naquelas circunstâncias. O senhor Arquiteto **Gil Ribeiro** disse que na apresentação em Geraldês, esteve presente um Vereador da Câmara Municipal da Lourinhã, que disse que o IC11 aparecia no PDM da Lourinhã de 2017, ou seja, entrava sobre a E.N. 247. O senhor professor **Jorge Carvalho** disse que a perspetiva de melhoria do IC11 se mantinha e, portanto, não deveria ser abandonada, deveria ser pensada e a atitude, quer no documento do Governo, quer no concelho vizinho, seria manter o traçado atual, criando variantes nos locais onde houvesse estrangulamentos, que de alguma forma, era aquilo que tinham defendido para o Alto Veríssimo, o que não significava que não pudessem introduzir algum ajuste na sua proposta, o que significava que a sua proposta, se mantinha em linha com o que era a informação do Governo e com o que era a do concelho vizinho. Disse que quando diziam “melhorar a via”, o mesmo poderia ser feito de várias maneiras, tinham a imagem de um simples tapete novo, mas poderia ser mais do que isso, e, portanto, se a Câmara assim o entendesse, não havia razão para não perspetivarem que ela pudesse ser melhorada a prazo, mantendo o corredor naquele sentido. Disse, ainda, que entre a proposta que estavam a fazer e a informação toda que tinham à volta, quer nacional, quer dos vizinhos locais, estava na linha da proposta do PDM que estavam a desenvolver. O senhor Arquiteto **Gil Ribeiro** disse que fizeram uma hipótese de correção, cuja curva seria mais suave para manter a fluidez, e em vez de haver uma bifurcação, assumia-se a prioridade do que iria para sul e para Torres Vedras, e a ligação da estrada que iria, eventualmente, dar ao Bombarral, passaria a ser secundária. Referiu que era uma proposta para aproveitar, o mais possível, o programa 2030, e na continuidade do que a Lourinhã estava a fazer. O senhor Vereador **Jorge Gonçalves** perguntou onde foi visto que era a melhoria da estrada atual. Disse que colocava a hipótese de ser uma estrada nova, até porque as Estradas de Portugal já definiram um corredor, em que fizeram um estudo de impacto ambiental que foi desfavorável, mas não incidia sobre a Estrada Nacional, era sobre outro percurso de estrada, era uma estrada nova, e para si continuava a manter aquela hipótese, porque o Estado não estava a gastar dinheiro na perspetiva de ter uma estrada nova e depois dizer que não era preciso e mantinha-se a estrada que utilizavam como Estrada Nacional. Disse que a proposta não foi feita pelas Câmaras, foi feita pela Administração Central. O senhor professor **Jorge Carvalho** disse que as estradas indispensáveis, com características de IP e IC, características rápidas, das quais a que dá acesso a Peniche, lhes pareceu essencial, referindo que houve muitas outras estradas que se fizeram e que, não só foram inúteis, como foram perniciosas para o desenvolvimento das populações, mas era uma opinião técnica sobre o assunto, porque se afastaram, excessivamente, das povoações e não havia tráfego que o justificasse, e não era por acaso que algumas delas, atualmente, estavam quase vazias de tráfego. Disse que, aparentemente, haveria que corrigir a linha por onde andavam e, relativamente a um conjunto de vias, não desistir de as melhorar, mas ter uma atitude muito mais contida, do ponto de vista de investimento, até porque as questões financeiras do país assim o exigiam, e muito melhor do ponto de vista da organização do território, porque não “matavam” a relação entre vias e povoações, que em alguns casos, os senhores Vereadores, até do seu ponto de vista, tinham leituras excessivas e, por vezes, iam no sentido contrário, na sua leitura técnica. Referiu que ao ler o documento, o que tinham não era apenas a imagem de uma via a ser melhorada, que não era neutra, era muito significativa. Disse que quando viam a lista de todas as estradas, viam o valor que estava para investir e logo se percebia que não era possível pensar nas vias, no mesmo género das que se construíram antes, e pareceu-lhes que no território não era, de facto, necessário, e se olhassem para o concelho vizinho, que era um dos argumentos dados, fez exatamente a mesma leitura. Disse que a sua proposta era a manutenção do traçado atual, corrigindo-o, criando variantes quando atravessasse povoações, porque lhes pareceu ser a posição adequada e, também, lhes pareceu que todos os documentos apontavam naquele sentido. Referiu que, admitindo que a futura via pudesse ter as mais diversas características, o que

fizeram na proposta anterior, era no sentido da via atual, que poderia ser alargada, poderia passar a ter mais faixas se o tráfego o justificasse, mas era uma sugestão que faziam à Câmara Municipal sem retirar a proposta anterior, mantinham-na como hipótese, mas a que estavam a fazer era muito mais fluente, permitiria que, não cortando ligações diretas às povoações, tivessem uma via com vários nós, com uma proximidade relativa, não uma em cima de outra, que parava o tráfego, mas uma via que estimulasse a ocupação ao longo dela. Disse que o senhor Vereador tinha toda a razão, porque do ponto de vista estritamente conceptual, o que tinham não impedia que um dia se pensasse que seria uma via nova, mas nenhum elemento lhes indicava que o caminho a seguir, quer do ponto de vista conceptual, quer do ponto de vista financeiro, viesse a ser aquele. O senhor Arquiteto **Gil Ribeiro** disse que as obras de melhoramento não significavam, apenas, coisas pequenas, poderia mudar integralmente o perfil da via, se o tráfego assim o justificasse, sendo apenas uma questão de escolha do local do traçado, reforçando a ideia, do ponto de vista das ligações locais, que a proposta anterior, mesmo que fosse para uma estrada nova, seria, do ponto de vista do acesso local, quer para a Atouguia da Baleia, quer para as restantes vias, muito limitada, porque, apenas, criaria um nó para servir a Atouguia da Baleia, Geraldês e todas as povoações do sul. Referiu que não pretendeu dizer que iriam manter a via tal como estava, o melhoramento poderia ou não incluir alterar o perfil, mas não estava a entrar naquele detalhe, mas era algo que tinha mais vantagem, do ponto de vista de acessos, porque lhes permitia manter um acesso para a Atouguia da Baleia, um acesso para Geraldês e outro acesso para as povoações do Sul, nomeadamente São Bernardino, Alto Veríssimo e Bufarda, mas seria uma decisão que caberia aos senhores Vereadores. O senhor Vereador **Jorge Gonçalves** disse que tem vindo a insistir, há algum tempo, no IC11, desde que viu a variante do Alto Veríssimo. Perguntou se o que estava no PDM do concelho da Lourinhã, que foi aprovado há relativamente pouco tempo, do ponto de vista do traçado do IC11, era uma solução nova ou se correspondia ao que foi o traçado que as Estradas de Portugal definiram em 2007, porque poderia ser a mesma coisa. Referiu que quando defendeu que o que estava na Estrada Nacional não era a solução que foi objeto de Estudo de Impacto Ambiental e que teve parecer desfavorável, ou seja, desconhecia se, relativamente à situação da Lourinhã em termos do PDM, aquela solução correspondia ao estudo elaborado, em 2007, pelas Estradas de Portugal, ou se era uma solução nova. Disse que por diversas vezes defendeu que deveria haver articulação política sobre a matéria, entre o Município de Peniche, o Município da Lourinhã e, inclusive, o Município de Torres Vedras, não que este tivesse muito a ganhar com a questão do IC11, na primeira fase, mas tinha um peso político considerável para se juntar aos parceiros, Peniche e Lourinhã. Questionou se, não tendo havido articulação política, até agora, se o traçado da Lourinhã não correspondesse àquilo que era o traçado desenhado pelas Infraestruturas de Portugal, em 2008, significaria que a Lourinhã trabalhou o assunto politicamente, depois de 2008, e significava que nos últimos tempos o concelho da Lourinhã, através do seu Presidente, pode ter tido reuniões com as Estradas de Portugal e chegado a alguma solução de compromisso para colocar o traçado que estava. Admitiu que o senhor Presidente da Câmara da Lourinhã tenha conseguido, do Ministério das Infraestruturas, para que a obra avançasse, para que estivesse no programa de investimentos do 2030 e que tivesse havido algum compromisso no sentido de dizer que não haviam condições para se ter um traçado novo, mas tinham de ter condições para ter um traçado, utilizando as atuais Estradas Nacionais, desconhecia se seria daquela forma, mas admitiu que pudesse ter sido e, portanto, aquela era uma questão que teriam que clarificar, para saber como é que iriam desenvolver uma solução, no âmbito do nosso concelho. O senhor Vereador **Rogério Cação** disse que sobre a questão sempre achou que o IC11 deveria aproveitar as estruturas existentes. Disse que nunca foi muito favorável ao traçado que estava previsto, porque, na sua opinião, a nível nacional criaram uma rede viária que era superveniente em algumas situações, concordando na generalidade com o que foi dito pelo senhor Vereador Jorge Gonçalves. Referiu que lhe agradava uma solução que tomasse por base a estrada que já existia, dando-lhe condições para que servisse para aquilo que o IC11 se propunha, com outras condições de tráfego, de

comodidade, rapidez e segurança para aqueles que a utilizam. Disse, ainda, que não o desagradava, mas estaria mais de acordo com uma solução que aproveitasse a infraestrutura já existente, dando-lhe condições de segurança e de fluidez, que atualmente não tinha, desde que aparecesse em consonância, em coerência com aquilo que estava pensado para o concelho vizinho, e a leitura que fazia, pelo que foi apresentado, parecia que estava. Disse que, para já, à primeira vista, e concordando com o que foi dito, talvez fosse importante ter um contacto formal com o senhor Presidente da Câmara da Lourinhã, mas estava de acordo com a sobreposição do traçado do IC11, à EN 247. O senhor **Presidente da Câmara** disse que a questão não foi trabalhada neste mandato, como o senhor Vereador Jorge Gonçalves sabia, referindo que o PDM da Lourinhã estava fechado desde 2017. Deu conta que falou com o senhor Presidente da Câmara da Lourinhã, sobre aquela questão e do desagrado, em relação às negociações que teve que ter com a Administração Central, nomeadamente com a CCDR, e que estava muito desgastado com a situação. Referiu que o que o senhor Presidente de Câmara da Lourinhã fez, e que não tinha visto anteriormente, foi o desvio pela vila, a sul. Disse, ainda, que se houvesse uma melhor solução estudada, e que o próprio concelho da Lourinhã tivesse agarrado e negociado em tempo, que surgisse e se fizesse a ligação ao concelho de Peniche, seria melhor, e se houvesse algum constrangimento, que existe, nomeadamente a seguir ao concelho de Peniche, a partir do Foz para a ligação à Lourinhã e os atravessamentos do Casal da Murta, do acesso à Areia Branca e do Seixal, onde, na sua opinião, teriam que ser trabalhados, porque seria interessante, por exemplo, começar a variante, em vez de começar num acesso perto da Lourinhã, na zona da Areia Branca, provavelmente seria melhor, mas não sabia se a avaliação seria assim tão pacífica. Referiu que deveriam agarrar aquela sugestão como uma oportunidade para reivindicar, fortemente, a melhoria da EN 247 e, depois, a partir da ligação com o concelho da Lourinhã, trabalhar com o concelho da Lourinhã para ver quais seriam as melhores soluções, percebendo, também, que existiam outros interesses das Câmaras, do outro lado da A8, que teriam que ver com o IC11. Disse que deveriam agarrar aquilo que poderia ser, nesta altura, a oportunidade para o concelho de Peniche, criando uma alternativa que muita gente prefere, que seria, em vez de se ir para o sul, mesmo que se fosse para Lisboa, iria pela EN 247, atravessando a Lourinhã, e passando por Torres Vedras, isto no campo das possibilidades. Disse, ainda, que, se o traçado do IC11, a partir da fronteira com a Lourinhã não existisse a não ser a EN 247, na sua opinião, não tinham muitas alternativas, senão manifestar e defender o IC11, dentro daquilo que era possível defender e reforçar as possíveis e potenciais reivindicações que o concelho deveria ter da ligação ao sul. O senhor Vereador **Jorge Gonçalves** disse que aquela era uma matéria importante, por isso intervinha sobre ela, mas pretendia fazer uma análise política sobre o assunto, não pretendia teorizar nenhuma aula, relativamente a infraestruturas nem a rodovias, nem queria referir se no passado foi mal ou bem feito. Referiu que se a revisão do Plano Diretor Municipal da Lourinhã foi aprovada há relativamente pouco tempo, se mesmo que a proposta final de revisão tivesse sido em 2017, significaria que, no âmbito das entidades que teriam que se manifestar, relativamente à proposta, deveria ter estado envolvido alguém, com responsabilidade nas infraestruturas e na questão das rodovias, portanto, se aquela solução que estava no Plano Diretor Municipal da Lourinhã, teve a aprovação daquelas entidades, significava que havia algum compromisso com o Município da Lourinhã, quanto a uma solução do ponto de vista daquilo que seria a localização do IC11. Perguntou se o Município de Peniche fez algum contato com alguém, se durante aqueles dois anos foi alguma vez às Infraestruturas de Portugal, se solicitou alguma reunião ao Ministro das Infraestruturas para falar sobre aquela matéria, para saber qual era o pensamento do Governo sobre o assunto, se Peniche sabia o que estava no Plano de Investimentos 2030 e se teve a oportunidade de falar com alguém do ponto de vista político. Referiu que, na sua leitura política do assunto, se a Lourinhã definisse que o IC11 na sua área territorial, seria a rodovia já existente, evidentemente com as variantes necessárias, utilizando as Estradas Nacionais, talvez porque foi o compromisso a que chegou com a Administração Central, e na lógica, Peniche, também, se deveria encaminhar naquele sentido, mas era a sua leitura, não

tinha nenhum argumento válido, nenhuma garantia, que tivesse sido daquela forma, porque estava de acordo com o senhor Vereador Rogério Cação, mas todos iriam pensar que não competia à Câmara definir qual era o traçado, competia a quem iria executar a obra e era o dono da obra, naquele caso as Infraestruturas de Portugal, que iriam dizer onde queriam o traçado, mas não há certezas de nada e era necessário ter. Disse, ainda, que precisavam de caminhar, não bastava ter uma conversa com o Presidente da Câmara da Lourinhã, interessava ter uma conversa com quem tinha o poder de decisão, que eram as Infraestruturas de Portugal, através da Administração Central e através do ponto de vista político, daquilo que era o Ministério das Infraestruturas. O senhor **Presidente da Câmara** disse que, obviamente, se iria atuar, a partir do momento que fosse clarificada a questão do traçado do IC11, ou que se continuasse a defender outro traçado, a questão estava clarificada e estavam em condições para falar com as Infraestruturas de Portugal, com quem até tinham uma relação de proximidade muito interessante e, a partir dali, perceber qual seria a necessidade de procurar influenciar politicamente. Disse que não precisavam de chegar ao Ministro, precisavam, muitas vezes, de chegar aos Secretários de Estado e a quem estava na estrutura. Deu conta que procurou, em determinado momento, de forma escrita e pessoal, influenciar um Presidente que achava que estava mais próximo do poder de influência, e de tomar uma medida conjunta de todos os concelhos, que ainda não quiseram assumir, porque o querem fazer mais adiante. Disse que, a partir do momento que estivesse clarificado, iriam assumir e aceitar como sendo o atual traçado, enquanto na outra estrada, a EN 114, já estavam a trabalhar, mas dentro da proximidade que existia, até pela questão do IP6 e das intervenções de limpeza, referindo que o Doutor Vítor Cerqueira esteve recentemente nas instalações da Câmara. O senhor professor **Jorge Carvalho** disse que o que a Câmara Municipal, neste momento, assumisse teria que ser objeto de concertação, nomeadamente, com as Estradas de Portugal. Sobre a continuação do IC11, no que respeitava à Lourinhã, disse que o mesmo que foi aprovado para o concelho da Lourinhã era muito recuado, relativamente à proposta da missão que estavam a ter para ele. Disse que o plano quando foi publicado teve que ter um parecer favorável, do ponto de vista das estradas, porque era algo que condicionava, e o que, indiscutivelmente, estava aprovado para o concelho da Lourinhã era recuado, relativamente ao que era um traçado fluente. Referiu que aquele traçado, em que a povoação era uma espécie de variante, era evidente que era muito menos fluente do que o seu, e daquele ponto de vista não precisavam de mais informação, porque tinham a suficiente. Disse, ainda, que aquilo que estavam a propor era o que convinha mais ao concelho de Peniche, não pretendiam criar uma variante nova que tornasse as povoações quase inacessíveis, ao contrário, criar uma via fluente que estabelecesse um número significativo de nós, que alimentasse as várias povoações. O senhor **Presidente da Câmara** disse que, dentro daquilo que foi dito, se fosse aceite como boa ou como aceitável, o que estava desenhado, seria o que iria propor e, posteriormente faziam o trabalho político que o senhor Vereador Jorge Gonçalves referiu, e teria que ser desde logo, a partir do momento que estivesse consensualizado entre todos, estaria ultrapassado. A senhora Vereadora **Cristina Leitão** disse que, relativamente ao traçado, significava que teriam que fazer desafetação de RAN e de REN. O senhor Vereador **Jorge Gonçalves** disse que, na sua opinião, era extremamente importante para Peniche que houvesse IC11 e se lhe perguntassem se seria mais ao lado ou se seria na estrada atual, não teria posição sobre a matéria, porque, para já, não teria que a ter, teria de se perceber o que a Administração Central pensava sobre aquilo, porque se lhes dissesse que fizeram um estudo de impacto ambiental com base naquele tipo de solução, e se atualmente pretendiam uma solução diferente, teriam que esperar mais vinte anos. Referiu que, na sua opinião, o primeiro passo a dar seria falar com a Administração Central e saber o que eles pensavam sobre a matéria. O senhor Vereador **Rogério Cação** disse que, na sua opinião, deveriam dizer qual era a solução e apresentá-la à Administração Central, e caso houvesse uma ideia contrária, teriam que alterar a sua posição, porque não lhe parecia que ficassem à espera da administração. Referiu que deveriam pensar naquilo que lhes servia melhor e, enquanto utilizador de estradas, aquele solução parecia-lhe ser fluente, rápida, que

o satisfazia enquanto munícipe e utilizador de estradas, e que a seguir iriam para a negociação com a entidade que geria aquelas coisas, podendo acontecer uma de duas coisas, uma seria estar perfeitamente de acordo com a Câmara, e já teriam o trabalho feito, ou não estavam e teriam de dizer qual era a alternativa, porque eles eram os donos das coisas. Disse, ainda, que, na sua opinião, teriam que tomar posições e seria bem pior irem para lá sem ideia nenhuma, mas fazia-lhe sentido indicarem aquela solução, atendendo ao que já estava dito sobre a Lourinhã, para o PDM de Peniche e, depois, as entidades teriam de dizer se seria daquela forma ou não. O senhor Vereador **Jorge Gonçalves** contrapondo o que foi dito pelo senhor Vereador Rogério Cação disse que com a experiência que tinha com aquelas matérias, se a Revisão do Plano Diretor Municipal da Lourinhã foi aprovado, houve alguma entidade ligada às Estradas de Portugal que acompanhou e deu parecer final favorável. Disse que ninguém na Administração Central iria dar um parecer favorável, relativamente a estradas e a um percurso, na área do Município da Lourinhã, que não tivesse uma ideia, relativamente ao resto do percurso dos outros municípios. Disse que o problema não era perder tempo, o problema era que já tinham uma ideia sobre a matéria e não sabiam, porque não foram à procura dela. Disse, ainda, que o senhor professor Jorge Carvalho pressupunha que, tendo a Administração Central escolhido uma determinada estratégia de localização para o Município da Lourinhã, seria a mesma para o Município de Peniche, mas não tinha uma garantia, e poderiam tê-la solicitando àquela entidade que dissesse qual era o entendimento que tinham, logo, teriam uma garantia. O senhor **Presidente da Câmara** perguntou onde estava a alternativa para Peniche ligar à EN 247. O senhor Vereador **Jorge Gonçalves** disse que aquela era uma questão que dizia respeito à entidade que tinha e que estava a pensar o traçado, referindo que o senhor Presidente da Câmara ganharia muito mais em saber qual foi a entidade que acompanhou o processo da Lourinhã, se foi a Direção Geral ou a Direção Distrital, e solicitar uma reunião sobre aquela matéria para saber o que pensavam, em relação a Peniche, porque com certeza não deram um parecer relativamente à Lourinhã, desfasado daquilo que iria acontecer a norte e a sul, porque o traçado seria entre o IP6 e a A8, numa primeira fase, seguindo, posteriormente, em relação à Marateca. Disse que a construção do IC11 seria dividida em duas fases, o IP6 - A8 e depois a A8 - Marateca, e aquela entidade não iria dizer para a Lourinhã como era, e utilizavam a Estrada Nacional, e para Peniche era diferente, referindo que eles já tinham uma ideia, quer para Peniche, quer para o concelho de Torres Vedras, quando assumiram com a Lourinhã. O senhor **Presidente da Câmara** disse que o senhor Vereador tinha razão e que iriam confirmar como estava o traçado. Referiu que era óbvio, porque senão a Lourinhã não teria feito outra estrada, tinha feito um desvio, como existia anteriormente o traçado do IC11. O senhor Vereador **Rogério Cação** disse que não estava em desacordo com o senhor Vereador Jorge Gonçalves, mas enquanto partia de uma posição de princípio e era com aquela posição que iria tentar saber se chocava alguém ou se havia acordo, ele não iria com nada. Disse que aquilo que estavam a definir, para já, era uma solução que lhe parecia boa, em que, obviamente, iriam confrontar com a opinião. Na sua opinião, havendo uma decisão de princípio estaria de acordo, sugerindo ao senhor Presidente que contactasse o senhor Presidente da Câmara da Lourinhã. Disse, ainda, que aquela solução lhe parecia ser boa. A senhora Vereador **Cristina Leitão** disse que relativamente àquela matéria, efetivamente, deveriam fazer uma pesquisa preliminar, que já deveria ter sido feita e seria por onde deveriam começar. Referiu que apenas iriam tomar uma decisão depois de saberem, concretamente, o que as entidades, nomeadamente as entidades centrais, perspetivavam relativamente ao IC11 e relativamente àquilo que foi o estudo que, posteriormente, deu lugar à aprovação do PDM da Lourinhã, pelo que gostaria, o mais brevemente possível, de receber aquela informação, para depois dizerem, com base na informação, se entendiam que a proposta que o professor apresentava, hoje, à Câmara Municipal faria sentido ou não e, na sua opinião, seria daquela forma que poderiam obter, futuramente, uma aprovação por parte das entidades, de forma mais fácil, mais rápida e mais célere. O senhor Arquiteto **Gil Ribeiro** disse que, muitas vezes, o era visto como a única resposta para aquela solução era criar uma nova via. Referiu que a planta era apresentada com um âmbito

territorial para dizer que a resposta passava por um conjunto de ações, desde logo três viárias, para poder, mais facilmente, ir desde a Serra d'El-Rei e do nó de Atouguia da Baleia até ao Baleal, evitando passar pelo ponto estrangulado, e a quarta solução seria convidar a paragem do carro e o acesso, ou por transporte público ou por modos suaves. Sublinhou que as vantagens do acesso por transporte público e por bicicleta eram óbvias, porque diminuía a presença do carro, mas reforçava o acesso por outras vias, e teria a grande vantagem de colocar na montra povoações que normalmente não estariam, a Serra d'El-Rei, os Casais Mestre Mendo e Ferrel, referindo que seria uma estrada que tinha vistas tremendas e que tinha uma vantagem panorâmica, tanto para a Atouguia da Baleia como para Peniche, como para a Berlenga. Disse que as duas prioridades, a médio prazo, não eram contraditórias e que havia uma terceira alternativa, assumir um acesso, como acesso principal, mas que obrigaria a uma correção do nó. Referiu que o nó iria sobretudo para sul por ter sido feito a pensar no IC11 e não tanto em Atouguia da Baleia, era perspetivar que, quando saísse poderia chegar a uma rotunda e que aquela permitisse, desde logo, aceder à Atouguia da Baleia chegando, rapidamente, ao Baleal. O senhor professor **Jorge Carvalho** disse que todos sabiam que existia uma ideia anterior, a de criar uma nova via a partir da rotunda, direta à estrada do Baleal e, na sua opinião, aquela proposta, numa perspetiva puramente de ordenamento, ou seja, de interesse municipal, era negativa por três ordens de razões, a primeira do ponto de vista ambiental, porque a via iria atravessar uma área profundamente sensível, iria, de facto, afetar uma área não edificável e com um valor natural muito forte, o segundo argumento contra a solução era viário, referindo que a organização viária devia criar travões, porque se tivesse um destino e se conseguisse chegar muito depressa iria entupir tudo, e a boa organização viária vai organizando travões sucessivos, logo, do ponto de vista viário, era profundamente errado apontar para soluções daquelas, em relação ao terceiro argumento, não menos importante que os outros, sendo o Baleal um ponto de atração, deveriam aproveitar a procura para dinamizar o concelho como um todo e ir passando por várias povoações alternativas para lá chegar e, na sua opinião, iria organizar a vivência de todo o concelho, ou seja, iria desenvolver o concelho. Referiu que mantinham muito a ideia de que tinham que criar alternativas, porque o problema existia e não o poderiam ignorar, mas a boa solução passava por aquele conjunto de propostas que apresentavam e que, de alguma forma, distribuindo o tráfego atenuava o problema de circulação e de acesso. O senhor **Presidente da Câmara** disse que a diferença tinha que ver com o facto de a equipa nunca ter realçado as vantagens daquele traçado a partir do nó do IP6, que saía para a Lourinhã, com o aproveitamento da estrada proposta, por fora de Atouguia da Baleia, a ponte, com a alteração da ligação à estrada de Ferrel, ou seja, a proposta era aproveitar a estrada de Ferrel com duas alterações, fora de Atouguia da Baleia, a ponte e a norte de Atouguia da Baleia, portanto, fugia do centro e criava dois pequenos traçados, posteriormente, seria feita aquela ligação a uma nova via, que seria uma variante em Ferrel que circundava a vila e que apanharia a Avenida da Praia. Referiu que era verdade que centraram a discussão, primeiro o senhor Vereador Jorge Gonçalves, nas sessões que tiveram, relativamente à rotunda dos Superturbos e de Porto Lobos, e gostaria de ouvir os senhores Vereadores, no sentido de tirarem alguma conclusão, e caso entendessem que a solução, que não estava desenhada, seria aquela que deveriam defender, a mesma ficaria condicionada à negociação com as várias entidades, realçando que no atual PDM a mesma estava desenhada. A senhora Vereadora **Cristina Leitão**, em relação à nova proposta do estudo do nó para a saída do IP6, perguntou se daria para sair e, também, se daria para entrar pelo mesmo lado. Relativamente à reformulação do nó, independente de ser a solução para o acesso ao Baleal, em relação ao nó, disse que, em princípio, estaria de acordo, porque a outra parecia-lhe mais difícil de concretizar, iria obrigar a concretizar uma via que depois iria dar o acesso à zona industrial que, provavelmente, iria tornar mais dispendioso fazê-lo, e ali iria dar continuidade. Em relação ao Baleal, disse que pretendia apenas perceber a relação de uma via em Atouguia da Baleia relativamente ao que existia atualmente, nos eixos que circundavam Ferrel. O senhor **Presidente da Câmara** disse que, apostando em vias alternativas e, também, na construção dos troços de estradas que não existem,

teria que ser uma opção do concelho, que permitia abicarem do outro troço que a equipa apresentou. Referiu que, provavelmente, para o concelho poderia tornar-se possível a construção dos eixos do Alto da Seixeira, enquanto a outra iria depender sempre das Infraestruturas de Portugal, e não seria, provavelmente, encarada como prioritária para os autarcas deste concelho. Disse, ainda, que enquanto uma poderia ser investimento municipal, a dos Supertubos iria ter, também, investimento e a aprovação das Infraestruturas de Portugal. A senhora Vereadora **Cristina Leitão** disse que, relativamente àquela proposta, já tinha tido a oportunidade de dizer que, pessoalmente, lhe satisfazia a solução em relação ao nó de Atougua da Baleia, e ao seguir a planta de ordenamento, que se considerava como a grande alternativa a Peniche para entrar no Baleal, encontrou uma série de constrangimentos quando chegavam a Ferrel, referindo que na aproximação a Ferrel, não lhe pareceu que fosse suficientemente fluída, para garantir aquela alternativa à tal via hipotética, de Porto Lobos até ao Baleal. Disse que a proposta que estava, de certa forma, desenhada, na sua opinião, era possível, mas mais uma vez estavam a fazer um troço de via que teria que ser feito por investimento municipal, até porque iria atravessar espaços urbanos de baixa densidade ou edificação dispersa, que poderia ser uma alternativa se pudessem ajustar em Ferrel alguma coisa à solução que tinham, uma vez que verificou que estavam a fazer um atravessamento, em Ferrel, numa zona de armazéns. Disse, ainda, que na parte da chegada a Ferrel, uma vez que assumiram que parte daquelas vias teriam que ter investimento público, aquilo que foi o ponto de partida já não era o ponto de chegada, houve evolução e foi considerado que para resolver alguns problemas viários teriam, efetivamente, que fazer investimento público e, na sua opinião, já que estavam naquele preceito, talvez já não se pressupunha ter vias com construção para as financiar, logo, já as poderiam projetar ligeiramente atrás, relativamente àquilo que estavam projetado, precisamente para resolver, por exemplo, o caso de Ferrel. O senhor **Presidente da Câmara** disse que, na sua opinião, era tudo muito pertinente, concordando com a análise feita pela senhora Vereadora Cristina Leitão, relativamente ao assunto, desconhecendo, inclusive, se a ligação da atual estrada que vai de Atougua da Baleia para Ferrel, potenciando a possibilidade de construção a norte e não a sul, quem o fizesse poderia suportar uma parte da estrada, porque se abriam novas possibilidades, e seria um processo interessante para a Câmara dinamizar com os proprietários. Disse, ainda, que no traçado a poente de Ferrel, na sua opinião, poderia fazer-se um bom arruamento e se houvesse a necessidade de se afastar um pouco mais das habitações seria melhor. Referiu que, para além da Rua Cruz das Almas, havia uma possibilidade de ali aparecer outro arruamento que poderia ser interessante e daria a possibilidade de o trânsito fluir melhor. O senhor Arquiteto **Gil Ribeiro** disse que tiveram a mesma leitura, inclusive, antes de a desenhar. Deu conta que tiveram quatro ou cinco variações, apenas para dizer que não era impossível, mas implicaria ir contra loteamentos pré-existentes, porque a zona tinha um loteamento em vigor que condicionava muito, ou algumas demolições. Referiu que poderia ser revisto, porque era um local que já estava condicionado por direitos adquiridos, sobretudo numa parte. O senhor professor **Jorge Carvalho** disse que o que estava a ser sugerido era possível e se a Câmara entendesse, poderiam ensaiar, apenas gostaria que não considerassem a via como o acesso prioritário ao Baleal, porque não iria ser. Referiu que nunca desistiria, mesmo em termos de perspetiva de investimento municipal, percebendo a dificuldade, porque era dinheiro que não se remunerava a si próprio, ao contrário de quase todas as outras vias, mas continuava a considerar que, de todas, a mais importante era aquela via. Disse, ainda que entendia a dificuldade de investimento e que em função daquela capacidade pudesse não ser uma opção prioritária, mas do ponto de vista da resposta ao problema que tinham em cima da mesa, seria por aquela via que teriam o essencial da resposta, e não valia a pena terem ilusões, porque senão estariam a enganar-se a si próprios. Relativamente ao nó em Atougua da Baleia, disse que com a correção em Ferrel iria tornar a via, com uma capacidade significativa. O senhor Vereador **Rogério Cação** disse que tinha a ideia de que o nó de Atougua da Baleia fazia falta, relativamente à solução que foi apresentada, não tinha tantas certezas, confessando que não conhecia muito bem a zona, mas

admitiu que pudesse ser uma solução. Quanto à ligação que o senhor professor Jorge Carvalho referiu ser muito importante, confessou que não lhe agradava, mas admitia que fosse importante, na sua opinião, iriam atravessar um território um pouco sensível. O senhor **Presidente da Câmara** disse que, na sua opinião, poderia ser uma boa solução, mas incomodava-o duas coisas, a questão do rio, a área sensível e a proximidade que, também, poderia criar alguns constrangimentos, e eram oportunidades que ficariam para outros executivos. Disse que poderiam assentar em determinados pressupostos, tomar decisões que poderiam não ser executadas, e outros que não estavam sequer ponderados, mas que poderiam vir a ser executados, mesmo sem estar previsto no PDM. Referiu que, na sua opinião, o concelho estava muito acelerado em relação a alguns aspetos, nomeadamente de procura, que poderia obrigar a tomarem algumas decisões no futuro, diferentes daquelas que tomassem agora. O senhor professor **Jorge Carvalho** disse que o Eixo Central os fez evoluir no sentido da sua proposta inicial, assegurando uma via, a função simbólica da Avenida que têm insistido em dizer que mantinham, a Avenida Central, alargando-a relativamente ao interior. Disse que na discussão pública não houve nenhuma objeção, a não ser algumas questões do senhor Provedor da Misericórdia, mas tiveram uma conversa sobre o tema e, de alguma forma, chegaram a um pré-acordo que o senhor Provedor validou e a solução pareceu-lhe aceitável, que seria manter aquela solução, ou seja, marcar o equipamento que seria para o desenvolvimento das funções sociais que, de alguma forma, são apanágio da Misericórdia. Insistiu muito na ideia que têm batalhado, porque, na sua opinião, não estavam a negar, de forma nenhuma, a ideia do Eixo Central, pelo contrário, estavam a reforçar, na perspetiva que assumiram o Eixo Central, em que, de alguma forma, a função verde era mais forte e reforçava o próprio eixo, reforçando-o no outro sentido, em que o tráfego de passagem, e assim poderia desviar, porque também se podia manter por lá, com a solução que estavam a projetar, mas acreditavam e queriam que o tráfego fosse mais de passagem, que vá até aos Remédios, e que não tenha que passar por lá. O senhor Vereador **Filipe Sales** disse que, sobre aquele assunto, já expressaram muitas vezes as suas opiniões. Disse que a proposta era igual à que lhes foi apresentada nas duas últimas sessões de Câmara, com o dado adicional que tinha que ver com a concertação com a Misericórdia, que era um dado relevante, mas julgava que a opinião dos senhores Vereadores tinha sido transmitida oportunamente, sobre o Eixo Central, que agora acabava apenas por ter a parte do novo eixo e não viam a Avenida Paulo VI mais para trás, apenas tinha a parte mais a poente, referindo que não se iria pronunciar mais sobre aquele assunto. A senhora Vereadora **Cristina Leitão** disse que, em relação ao Eixo Central, tal como o senhor Vereador Filipe Sales referiu, iriam aguardar a proposta. Solicitou ao senhor Presidente que lhes pudesse dar nota dos terrenos que estavam na zona do Vila Maria, em que muitos eram municipais, inclusive, havia uma planta que pediu para consultar para verem quais eram as propriedades municipais, e que não tinha, necessariamente, que ver com a parte do Eixo Central, tinha que ver com as vias, uma que vinha do lado da Marginal Norte, que ligava à rotunda, ou seja, gostaria de verificar o que era municipal e o que era a proposta que estava a ser apresentada. O senhor Vereador **Jorge Gonçalves** disse que a planta que estava a ser apresentada teria que ser trabalhada para ser atualizada, ou seja, a ilustração da zona central da cidade teria que ser atualizada do ponto de vista gráfico e do ponto de vista do desenho. Disse que já sabiam da situação da Santa Casa da Misericórdia há muito tempo, referindo que a última reunião pública que fizeram foi no dia 11 de maio e que estavam a fazer uma reunião no dia 18 de junho, tendo passado, entretanto, um mês e sete dias, mas apenas se iria pronunciar quando a planta estivesse atualizada. O senhor Vereador **Rogério Cação** disse que era defensor do Eixo Central na versão tradicional, porque lhe parecia que se mantinha uma certa harmonia, e na sua perspetiva aquilo seria para rasgar a direito. Referiu que já foram explicadas as razões que poderiam estar na base daquela solução e neste momento já não era uma solução que o chocasse. Disse, ainda, que gostaria de ter a informação solicitada pela senhora Vereadora Cristina Leitão, até porque a zona verde, no Vila Maria era muito importante para si. O senhor **Presidente da Câmara** disse que o senhor Vereador Jorge Gonçalves tinha razão, no sentido em que poderiam trabalhado a questão

mais algum tempo, mas houve alguns impedimentos de parte a parte, mas estiveram a trabalhar a questão na semana passada e surgiu a ideia de solicitar uma reunião, numa tentativa de perceber se existia alguma possibilidade de acerto, uma vez que o senhor professor Jorge Carvalho confessou, na parte final da sessão pública, que existiam algumas coisas a clarificar. Referiu que ao olhar para o desenho, arriscava dizer que em frente à escola, na parte norte, havia uma área desenhada como equipamento. Disse que havia uma questão que foi várias vezes referida, que era a área da zona verde, e pessoalmente, também comungava da opinião que o senhor Vereador Jorge Gonçalves defendeu anteriormente, que deveria, já que estava marcado como zona verde há muitos anos, ser maior do que a que estava limitada, até por existir propriedades que a Câmara já comprou naquele sentido, nomeadamente a casa da Bica. Disse que tinha a opinião, há muitos anos, que o campo que lá estava desenhado tinha o mesmo desenho que estava atualmente, e sempre entendeu que aquilo deveria ter outro sentido, outra orientação, ou seja, a localização do terreno deveria ser mais norte/sul, por causa dos ventos, mas era uma questão para se trabalhar e analisar com os especialistas, até porque os obrigaria mais tarde ou mais cedo a criar um equipamento de outra qualidade, porque o resto dos campos, sendo uma zona verde e, também, estavam previstos um ou dois campos de ténis e outros equipamentos, na sua opinião, deveriam continuar a pensar, para além de zona verde, ter outros equipamentos que eram muito insuficientes, nomeadamente, para passear e para a prática desportiva. O senhor professor **Jorge Carvalho** defendeu que os Remédios deveriam ficar isolados da cidade e não deveria haver continuidade, porque tinham um distanciamento antes de chegar ao referencial do sítio de visita. Disse que a Câmara, na reunião anterior, decidiu que a ligação se fizesse, ou seja, que o urbano chegasse aos Remédios e a partir do momento que a opção seria aquela, convidou-os a rever o desenho todo, porque uma coisa era ele não chegar, e todo o desenho estava organizado em função disso, e outra coisa era chegar nas melhores circunstâncias. O senhor Arquitecto **Gil Ribeiro** do ponto de vista da planta de ordenamento, disse que no zonamento havia a marcação dos eixos principais, o eixo central e a chegada à Marginal, a vista para as Berlengas, a manutenção de uma zona para manter as questões panorâmicas, a colocação de uma infraestrutura destinada a estacionamento, um equipamento associado ao novo espaço público e a possibilidade de legalizar as habitações que se encontravam em situação ilegal. O senhor professor **Jorge Carvalho** disse que se deveria criar um ponto de estacionamento dentro de um muro que já existia, porque quando ocorriam as festas dos Remédios, deveria haver um estacionamento num local tapado com o muro, mas que, de alguma forma, chegavam a um local passível de parar o carro e, posteriormente, integrar a zona toda na própria Universidade, relacionar-se por ali abaixo com ligações, sempre de modos suaves, que lhes interessava alimentar até lá, dois eixos, um no próprio eixo central e outro mais na cidade. Insistiu que não era a sua ideia que iria afastar e a partir do momento que a Câmara fez a sua escolha resolveram que deveriam fazer uma mudança significativa para chegar lá, com franqueza e de uma forma organizada. O senhor **Presidente da Câmara** achou que seria uma boa solução, agradecendo por terem trabalhado nela e a terem encontrado, porque mesmo quem viesse da Marginal Norte teria aquela alternativa, mas também, quem viesse do centro da cidade, provavelmente quem conhecesse, iria sempre optar por aquela, e não sabia se estava previsto, mas iria desembocar, provavelmente, numa rotunda ou algo parecido, em termos de ordenamento. O senhor professor **Jorge Carvalho** disse que a rotunda era um pouco agressiva, em alguns pontos de ligação, e era, de facto, um ponto de encontro de vias principais e nesse sentido não seria absurdo pensar numa rotunda. Disse, ainda, que não era o seu desenho que propunha que a rotunda se fizesse, porque não entravam, de um modo geral, naquele detalhe, e, à primeira vista, não concordava com a rotunda. A senhora Vereadora **Cristina Leitão** relativamente a um desvio a sul do equipamento 1.34, que era a escola, a via da Marginal Norte, perguntou porque os ângulos daquela via eram a 90 graus, quando poderiam ser um pouco mais oblíquos, passando pelo caminho que já existia, que estava em frente à sede dos Rotários e que não obrigasse a fazer uma curva tão acentuada, mas era uma questão de desenho e uma questão milimétrica. O senhor

professor **Jorge Carvalho** disse que a Junta propôs a questão de prever uma zona para equipamento. Referiu que a segunda questão era uma observação sobre a área industrial, que não perceberam, porque estava proposta de acordo com o que tinham conversado com a Junta. O senhor Arquiteto Gil Ribeiro disse que o verde era importante, porque tinha que ver com o facto de trazer as Cesaredas mais para a Serra d'El-Rei, criando um espaço verde que tivesse oportunidade de olhar para as Cesaredas. Disse que havia uma área de proteção, que não era uma área para ser pública, era uma área para ser privada e isso levantou uma grande objeção, porque os proprietários de um terreno viam o seu terreno, sobretudo numa zona que estava abrangida pelo verde de proteção. Referiu que os proprietários dos terrenos confundiram o verde de proteção, com o verde, porque permitiam nos seus terrenos, edificação e, inclusivamente, permitiam que a parte de trás dos seus terrenos fosse privado para quintal. O senhor professor **Jorge Carvalho** disse que havia um morro de difícil acesso e com visibilidade da Estrada Nacional e a última coisa que se deveria fazer era permitir construção que marcasse negativamente a imagem da Serra d'El-Rei, ou seja, poderiam colocar ou não verde público, mas o que não deveria haver era construção, porque era um sítio de difícil acesso, porque a Serra d'El-Rei tem áreas de construção enormes, relativamente a todas as expectativas de construção. Referiu que o verde era um local de acesso público, que tanto poderia ser verde como amarelo, para chegarem lá acima e espreitarem as Cesaredas. Disse, ainda, que a Serra d'El-Rei estava perto das Cesaredas, que iriam ser um espaço de visita turística e ter um local qualquer, na Serra d'El-Rei onde fosse convidado a ir às Cesaredas, através de um caminho, que poderia ser uma área mínima, falava de um miradouro, que poderia ser um sítio onde alguém iria e desfrutava a ideia das Cesaredas do outro lado. No seu ver a proposta deveria manter-se e, relativamente à pretensão da questão da Junta, sobre um loteamento, disse que praticamente não era beliscada. O senhor **Presidente da Câmara** disse que não foi só a Junta que colocou a questão. Disse que a Junta até colocou a questão, no seguimento dos proprietários que já vieram à Câmara e estiveram a falar com os técnicos. Referiu que deveriam aprofundar a análise daquele processo, para clarificar, e futuramente tomarem uma decisão. A senhora Vereadora **Cristina Leitão** em relação àquela situação, disse que recebeu um email, de uma senhora com uma exposição, relativamente ao assunto. Disse que não estava a ver qual era a solução de loteamento que a senhora tinha no local, nem o que era beliscado com aquela solução, nem sabia em que condições estava, mas soube que a senhora tinha um espaço urbano, classificado no atual PDM, e a partir do momento em que iriam fazer uma desclassificação de um espaço urbano, para um espaço verde de proteção, a Câmara deveria estar consciente se isso obrigava a indemnizar, até porque os espaços urbanos são diferentes dos espaços urbanizáveis. Solicitou uma informação técnico-jurídica sobre a matéria dos direitos, relativamente aos espaços urbanos, em que uma pessoa se quisesse apresentava um projeto e a Câmara, num prazo reduzido, teria que o deferir, e o PDM não tinha medidas cautelares. Disse que a Câmara deveria estar consciente sobre o que tinha que ver com os espaços urbanos e da informação que recolheu, não sendo jurídica e jurista, havia, efetivamente, uma expectativa no espaço urbano que constituía um direito que, não havendo medidas cautelares e preventivas, poderia fazer com que as pessoas, de repente, começassem a colocar projetos e a Câmara teria que cumprir os prazos, não cumprindo as pessoas iriam para Tribunal e passava a existir um problema, porque não sabia se estavam ou não a beliscar muitos urbanos. Referiu que pela informação que conseguiu obter, o urbano tinha um carácter diferente do urbanizável e ficou com a dúvida de que, para votar o PDM precisava de saber, no concreto, em termos de facto e de direito, se efetivamente os urbanos constituíam ou não um direito diferente daqueles que eram os urbanizáveis. O senhor professor **Jorge Carvalho** disse que na Lei anterior e no PDM atual existem espaços urbanos e espaços urbanizáveis, os espaços urbanizáveis, de acordo com o próprio plano, só programados poderiam ser edificados, urbanizados, os espaços urbanos poderiam ser objeto de urbanização, porque a apreciação que tem que se fazer sobre qualquer pedido teria sempre que reunir três coisas, cumprir os regulamentos em vigor, e desse ponto de vista podia, porque o plano permitia, do ponto de vista do enquadramento na paisagem

urbano-rural inseria-se bem e do ponto de vista das infraestruturas não causar problemas, e com base naquelas três apreciações e que a Câmara Municipal deliberava, se falhasse em qualquer uma delas a Câmara Municipal poderia indeferir. Referiu que no espaço urbano, no PDM em vigor, a Câmara poderia deferir, desde que de acordo com os índices do PDM uma pretensão para o local, assim como, por razões de estética ou de infraestruturas poderia indeferir, mas aquela era a situação do PDM atual. Relativamente à passagem do PDM atual para o PDM futuro, disse que o conceito de solo urbano mudou, logo não interessava o que estava classificado antes, mudou e exigia uma nova classificação que tinha que ignorar o que era a classificação anterior, porque o conceito era outro, o que não podia haver era uma definição de urbanizável, iria haver uma definição de urbano, que poderia incluir os que estavam parcialmente urbanizados e/ou edificados, portanto, ter atualmente qualquer classificação no PDM e ela ser alterada, não daria direito a qualquer tipo de indemnização, nem sequer hipóteses disso. Disse, ainda, que não poderiam confundir expectativas com direitos, as expectativas não davam lugar a direitos, porque os direitos significavam licenças com prazos e deveres cumpridos. Deu conta que iriam propor no regulamento, uma cláusula que diga: *“O Plano não prejudica direitos adquiridos.”*, portanto, do ponto de vista do que a senhora Vereadora levantou não havia nenhuma questão de indemnização, aliás, achava que não existia loteamento aprovado para aquele local. A Técnica Superior, **Alexandra Tormenta**, sobre a questão do loteamento, disse que tinham uma informação preparada para ser presente à Câmara Municipal, e já foi explicado à senhora o que se passava, portanto, o loteamento era resolvido com impasses, que foi sempre uma das condições que a Câmara, nas informações, teve nas aprovações de princípio, condicionada a que o impasse fosse reformulado, porque criava dois ou três impasses, ou seja, não tinham continuidade, e o que foi explicado à senhora foi que neste momento ela tinha uma fatia do urbano virada para um arruamento existente, e que o atual PDM permitia a ocupação para o arruamento existente, tudo o que era para trás, uma vez que não existiam soluções que fossem urbanisticamente integradas, ou seja, que não se resolvessem, que não fossem autónomas, não poderia formular uma nova proposta, porque a licença não estava efetivada, não houve um alvará, não haviam obras, por isso iria ser proposto à Câmara que declarasse a caducidade. Referiu que a senhora tinha conhecimento da pretensão dos serviços e, também, que poderia apresentar um novo projeto que tivesse como base a tal frente urbana e que se suporte na via existente, ou seja, iria completar a frente urbana, não poderia estender-se na parte de trás. Disse que a solução não era, de todo, hoje em dia, uma solução que fosse aprovada, porque era um loteamento que não se resolvia, teria que esperar por outros para poder fazer vias. O senhor professor **Jorge Carvalho** disse que aquilo que estavam a propor não impedia o que era viável para a senhora, quer hoje quer no futuro, mas o que lhe parecia interessante era que no morro, onde, por um lado, achava importante que se chegasse lá e tivesse um pequeno miradouro, que não implicasse um investimento significativo e por outro lado seria importante que ali não se deixasse construir. A senhora Vereadora **Cristina Leitão** em relação à questão do morro e do verde do enquadramento, disse que não tinha opinião, porque não conhecia o local, mas iria procurar conhecer e perceber o que ali estava, e só tomaria uma posição depois de consertada a questão do regulamento, para perceber o que era o verde de proteção. Disse, ainda, que, para já, não tinha nada a acrescentar, relativamente à solução, mas, ainda assim, continuava com a dúvida, porque aquela questão já lhe tinha sido colocada, e que o professor dizia, claramente, que não haviam direitos, mas a verdade é que existe o Princípio da Proteção de Confiança Legítima e o Princípio da Segurança Jurídica, que conferia aos particulares direitos de salvaguarda das expectativas criadas, portanto, existe alguma doutrina sobre aquela matéria, que diz, efetivamente, que as pessoas têm um direito quando têm um urbano, no fundo o princípio da proteção da confiança dizia respeito a um aspeto, que tinha que ver com a estabilidade quando o Estado impõe liberdade de agir, para que respeite as expectativas que os cidadãos têm em particular, e que não são surpreendidos com comportamentos contraditórios por parte do Estado, e a verdade é que a fundamentação que ela própria procurou conhecer junto de quem lida com aquelas matérias, sobre a questão se quem tinha urbanos teria ou

não que ter aquela estabilidade. Referiu que aquela era uma questão complexa e não seria uma questão para a Câmara Municipal, mas a questão foi-lhe colocada, pelo que tentou perceber o que era e levou-a a perceber que poderiam vir a ter algum impedimento do PDM avançar, porque alguém colocou uma ação contra a Câmara, com base naquelas questões, por isso era importante olhar ao que são os urbanos hoje, porque, provavelmente, não seriam tão diferentes daquilo que estava a ser proposto. O Senhor **Presidente da Câmara** disse que aquele assunto deveria ser colocado à senhora Dr.^a Fernanda Paula Oliveira. O senhor professor **Jorge Carvalho** sugeriu que a senhora Vereadora Cristina Leitão colocasse a questão para que a mesma fosse enviada à senhora Dr.^a Fernanda Paula Oliveira. A senhora Vereadora **Cristina Leitão** voltou a dizer que eram dois princípios, o princípio da proteção da confiança legítima e o princípio da segurança jurídica que, no fundo, era uma relação daqueles princípios com o uso do solo urbano. O senhor Vereador **Jorge Gonçalves** disse que aquela exposição enviada pela senhora Lúcia Oliveira tinha que ver com a Civiserra, e foi enviada para todos. Referiu que aquele processo tinha uma informação, do então Chefe de Divisão e Planeamento de Gestão Urbanística, de 2 de fevereiro de 2010, e um ofício de 1 de julho de 2011, que referia um despacho do senhor Presidente, que incluía a remessa de cópia de pareceres da DPOI, da DASU, da DEA e dos SMAS, que a senhora não enviou, mas que existiam, e uma vez que estavam em fase de inquérito público, relativamente à proposta de revisão, mas, evidentemente, quando fizeram as reuniões públicas sabiam que se sujeitavam que pudessem acontecer situações daquela natureza, portanto, se há uma reclamação, até para evitar que a mesma tivesse que ser analisada mais à frente, a ideia seria fazer uma informação sobre a reclamação, logo fazia sentido enviar a reclamação à senhora Dr.^a Fernanda Paula Oliveira para emitir um parecer relativamente àquela matéria. A Técnica Superior, **Alexandra Tormenta**, disse que eram questões que vinham de 2009 e seria solicitado ao requerente, através de ofício, que elaborasse as peças finais de acordo com as condições referidas nos pareceres da DPOI, que já não existe. Disse, ainda, que os requerentes tinham o dever, e a Lei previa isso, de responder a uma solicitação que a Câmara lhes pedia, e quando o requerente não respondia e estava dez anos com um processo inativo a Câmara deveria, também, ter tido, há muitos anos atrás, a atuação que a Lei impunha, em que processo estava inativo, o requerente não respondeu a um ofício, iriam declarar a caducidade e proceder a audiência prévia, para que o requerente viesse, em sede de audiência prévia, dizer se tinha argumentos válidos para que pudessem começar a contar os prazos, porque a Lei dizia que, se num ato de licenciamento o requerente não levasse o processo até ao fim, um processo licenciado pela Câmara cujo o alvará não era levantado num prazo de um ano e que poderia ser prorrogado por mais um e que excedesse os prazos, era declarada a caducidade, referindo que todas as Câmaras faziam isso, mas estiveram muitos anos sem declarar caducidades e era por isso que tinham aquelas situações, que já nem deveriam estar a ser colocadas. O senhor Vereador **Jorge Gonçalves** disse que face à intervenção da senhora Dr.^a Alexandra Tormenta, retirava a proposta de consultar a senhora Dr.^a Fernanda Paula Oliveira, solicitando que os serviços fizessem a informação. A Técnica Superior, **Alexandra Tormenta**, disse que o processo até poderia ser declarado deserto, nem sequer seria preciso a caducidade, porque houve um novo interesse, ou seja, não havia caducidade automática naquele caso, porque não estava em incumprimento de um prazo. O senhor **Presidente da Câmara** disse que a senhora Vereadora referiu uma questão que também pretendia mencionar, mas não tinha objetivado, em relação ao regulamento, perguntando quando é que a equipa previa ter o regulamento pronto para apresentar. O senhor Arquiteto **Gil Ribeiro** disse que a Junta de Freguesia fez uma solicitação e explicou que toda a área central e urbana poderia ser usada para equipamentos, mas, também, solicitou para se definir uma área onde se centralizassem alguns. Disse, ainda, que não deixaria de ser possível fazer equipamentos nas áreas de habitação, mas fazia com que na proximidade do equipamento existente, e em função do novo eixo viário que se propunha fazer para estruturar, que aquela zona fosse destinada a equipamento, que era uma ambição da Junta de Freguesia. A senhora Vereadora **Cristina Leitão** relativamente à reunião de

hoje, disse que fizeram um enquadramento aos pontos que o senhor professor trouxe sobre o IC11, o acesso ao Baleal, o Eixo Central, a ligação aos Remédios e a Serra d'El-Rei, porque entendeu que eram aqueles os que tinham propostas diferentes. Referiu que das sessões públicas que assistiu foi tomando nota daquilo que foram as intervenções do público, dando conta que tinha uma lista um pouco mais vasta. Perguntou ao senhor Presidente se iriam ou não, fazer uma análise às outras observações por parte dos munícipes, uma vez que o senhor professor trouxe cinco temas para falarem, e das notas que tomou nas sessões públicas, tinha uma lista um pouco mais vasta do que a que o senhor Presidente apresentou, temas que foram falados e alguns, talvez, merecessem que a Câmara os discutisse, embora o senhor professor não apresentasse propostas sobre os mesmos. Perguntou se, efetivamente, a Câmara iria fazer uma discussão sobre o assunto e sobre as outras matérias que foram abordadas, dando o exemplo das questões das soluções automóveis para Peniche, alternativas às soluções de estacionamento que já existiam, nomeadamente para a praia de Peniche de Cima, a questão da marina de recreio, da organização da marina de recreio, as questões dos modos suaves e a questão mais difícil que tinham à sua frente, a questão do Baleal. Solicitou ao senhor Presidente que respondesse de que forma iriam discutir as questões, se as iriam discutir ou se não as iriam discutir. O senhor **Presidente da Câmara** admitiu que era pertinente colocar as questões, depois de ter sido feita a análise de todos os pontos, sendo que algumas eram fáceis de analisar. Referiu que a marina, sendo uma questão demasiado importante, na sua opinião, iria depender daquilo que quisessem, a partir do momento em que houvesse a descentralização de competências, porque a área da zona portuária, provavelmente teria que ser negociada entre a Câmara Municipal e a Docapesca, nomeadamente, a marina, a Ribeira Velha, o Forte das Cabanas e toda a zona mais urbana, junto daquilo que serão os pequenos armazéns e o primeiro passadiço, mas era uma questão que, posteriormente, teriam que avaliar, inclusivamente o aproveitamento do Fosso, no futuro, teria que ficar no PDM. Disse, ainda, que a questão do Baleal, independentemente de considerarem a Unidade de Execução ou não, poderiam ver ao pormenor e ver a dimensão, se pretendiam mais ou menos do que aquilo que lá estava. Sugeriu que, tanto a senhora Vereadora como os senhores Vereadores, que quisessem colocar ou acrescentar, para análise, algumas questões poderiam fazê-lo, e marcar num dia de reunião de Câmara, que um dos pontos pudesse ser, novamente, o PDM. Sobre a questão do estacionamento que a senhora Vereadora referiu, na praia de Peniche de Cima, em que houve uma pessoa em concreto que apresentou, disse que não simpatizou com a ideia que foi encontrada e sugerida. A senhora Vereadora **Cristina Leitão** disse que não estava a pedir para o senhor Presidente dar opinião do que foi dizendo de forma avulsa, mas, na sua opinião, havia uma série de assuntos que a Câmara deveria falar, sem a presença do senhor professor, mas eram questões que tinham que ser conversadas no momento em que a solução estava como estava, ou seja, a decisão teria que ser tomada sobre uma solução que estava colocada em cima da mesa. Disse, ainda, que precisava, do ponto de vista político, ter aquela conversa com o senhor Presidente e com os outros membros da Câmara, porque em breve iria ter que tomar uma decisão que enquanto grupo não a tomavam, teria que a tomar sozinha, portanto, precisava de conhecer outras questões, que técnicas, mas políticas. O senhor **Presidente da Câmara** disse que se quisessem partilhar, enunciar ou fazer um registo de todas as questões, talvez ajudasse, se não entendessem daquela forma agendariam, numa das próximas reuniões, um ponto na ordem de trabalhos, aquela questão e analisariam tudo o que quisessem colocar. Em relação a uma consideração que a senhora Vereadora fez, na sua intervenção, de que eram propostas em consenso entre a equipa e o Presidente da Câmara, disse que algumas eram, noutras estava curioso para perceber a opinião dos senhores Vereadores. Disse que não queria impor a sua vontade e que não era o professor que a impunha, porque seria a Câmara a decidir o que pretendia e foi sempre o que referiu, mas o que procurou fazer foi conciliar posições dentro da medida do possível, nas questões de princípio para a decisão final. Referiu que em todo aquele processo, de muitos meses, houve uma situação ou outra em que se tentou conciliar, e algumas pessoas abdicaram, nomeadamente o próprio, de fazer algumas defesas para procurar conciliar as posições. A senhora

Vereadora **Cristina Leitão** disse que o senhor Presidente não foi o único que abdicou das suas posições iniciais. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 766/2019: Para efeitos de execução imediata, a Câmara deliberou aprovar a minuta da presente ata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

ENCERRAMENTO:

Sendo dezassete horas e quarenta minutos, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Ana Carriço*, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, em regime de substituição, subscrevo. -----

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 13 de janeiro de 2020, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963. -----

O Presidente da Câmara Municipal,

(assinado no original)

A Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística,
em regime de substituição,

(assinado no original)
